



**CONTRATO Nº ...../2024**  
**PAD 3395/2024**

**ANEXO XII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE**  
**SERVIÇOS ENGENHARIA, que entre si**  
**fazem o TRIBUNAL REGIONAL**  
**ELEITORAL DO PARANÁ e a**  
**empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º ..... /....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em ..... - ....., situada na Rua ....., nº....., Bairro ....., CEP ....., e-mail: ....., telefone ....., neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1. Contratação de serviços de reforma geral do imóvel 97 (Antiga Brinks), do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.**

**1.2.** A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3.** De acordo com o art. 6º, inciso XXI "a" da Lei nº 14.133/2021, a prestação dos serviços de reforma, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

- a) Projeto Básico – Anexo II;
- b) Projeto Executivo - Anexo III;
- c) Mapa de riscos – Anexo IV;
- d) Proposta Detalhada – Anexo V;
- e) Cronograma – Anexo VII;
- f) Eventograma – Anexo VIII;
- g) Instrumento de Medição do Resultado (IMR) – Anexo IX.

**2.2. Local da prestação dos serviços:** Os serviços deverão ser prestados no imóvel do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná situado à Rua João Parolin nº 97, Prado Velho, Curitiba/PR, no horário das 07h às 19h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Obras e Projetos, pelos telefones (41)3330-8801 ou (41)3072-8795.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

I . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II. Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1.** As obrigações e responsabilidades da contratada bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**4.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**4.3.** Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O presente contrato vigorará pelo período **de 12 (doze) meses**, podendo haver prorrogação desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** O prazo de execução dos serviços será **de até 10 (dez) meses**, contados a partir do 5º (quinto) dia útil da data da assinatura do contrato.

**5.2.1.** Caso exista solicitação de suspensão do contrato, a pedido da fiscalização, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo mesmo período da suspensão, devendo ser formalizado por simples apostila.

**5.3 -** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência deste contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho: 167772;

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;

Notas de Empenho ....., emitidas em .....

Categoria econômica: Investimento;

Código SIASG: 1627.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** .....  
(.....), de acordo com o cronograma físico-financeiro e proposta de preços detalhada, os quais fazem parte integrante deste contrato.

**7.1.1.** Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

**7.1.2.** O pagamento será realizado após medições realizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro, o recebimento definitivo e final dos serviços sem qualquer pendência.

**7.1.3.** Salvo autorização da fiscalização, não serão pagas execuções de etapas posteriores do cronograma físico financeiro sem a conclusão de etapa anterior.

**7.1.4.** O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

### **7.2. Do documento fiscal:**

**7.2.1.** A nota fiscal deve ser enviada para o e-mail [sop@tre-pr.jus.br](mailto:sop@tre-pr.jus.br). Após o envio a empresa deve confirmar o recebimento via telefone, ou outro meio que ateste o recebimento do e-mail.

**7.2.2.** O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.2.3.** Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- f. Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- g. Número do contrato e,

h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.2.4.** Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

**7.2.4.1.** Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho, Documento de Arrecadação de Receitas Federais, o relatório da declaração completa - DCTFWeb, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada:** até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

**7.2.6.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

**7.2.6.1.** Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

**7.2.6.2.** Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

**7.2.7.** A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.2.8.** O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**7.3. Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**7.4. Da regularidade fiscal:**

**7.4.1.** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.2.** A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.3.** Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.4.** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.5.** O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em 13/11/2024.

**8.2.** Se decorrido o interregno de um ano da data do orçamento, e desde que haja solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.2.1. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:**

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	<b>Relação de descumprimentos</b>
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso em refazer os serviços rejeitados;
<b>3</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>4</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.
<b>5</b>	Encaminhar nota fiscal em desacordo.
<b>6</b>	Não comparecimento do preposto ou responsável técnico à reunião inicial prevista em contrato.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

<b>Graduação da Sanção</b>	<b>Descumprimento</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>1.</b> Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias, na entrega de qualquer documentação prevista na ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre no início da execução do contrato, ou qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal.	0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.
	<b>2.</b> Atraso no envio dos Relatórios Diários de Serviços (RDS).	0,5% (meio por cento) do valor do contrato para cada RDS que atrase mais que 5 (cinco) dias corridos
	<b>3.</b> Atraso injustificado na entrega prevista no item 1, a partir do 11º (décimo primeiro) dia	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
	<b>4.</b> Falta de acompanhamento direto do responsável técnico pelos serviços, após notificação da fiscalização	
	<b>5.</b> Atraso injustificado no início da execução do contrato, limitado a 10 (dez) dias, a contar do comunicado do gestor	1% (um por cento) ao dia sobre o valor total contratado.
	<b>6.</b> Atraso injustificado na execução do cronograma físico-financeiro, considerando o prazo para a etapa pertinente que ultrapasse os prazos estabelecidos no IMR (item 7.13 deste Termo de Referência)	
	<b>7.</b> Atraso injustificado no início da execução do contrato a partir do 11º (décimo primeiro) dia, limitado a 30 (trinta) dias, a contar do comunicado do gestor.	1,5% (um e meio por cento) ao dia sobre o valor total contratado.
	<b>8.</b> Falta de comparecimento do responsável técnico pelos serviços nas reuniões periódicas.	1% (um por cento) do valor do contrato por falta em reunião

Graduação da Sanção	Descumprimento	Dosimetria e base de incidência
	<b>9.</b> Atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias na entrega total do objeto contratado.	15% (quinze por cento) sobre o valor remanescente do contrato.
<b>GRAVE</b>	<b>10.</b> Não utilização dos EPI's obrigatórios, por trabalhador, além de sua retirada do campo de trabalho	1% (um por cento) sobre o valor do contrato
	<b>11.</b> Quaisquer danos à obra ou aos bens do TRE-PR, sem a recomposição da obra ou reposição do bem pertinente em até 30 (trinta) dias após a notificação <b>12.</b> Inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas pela fiscalização para regularização dentro do prazo estabelecido <b>13.</b> Abandono ou cessação na execução da obra <b>14.</b> Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	<b>15.</b> Recusa à execução dos serviços inerentes à garantia referente à solidez da obra	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	<b>16.</b> Inadimplemento total que implique rescisão contratual	30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato.

**10.2.2.1.** Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativas aceitas pela Administração;

**10.2.2.2.** - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

**10.3.** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.4.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.5.** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**10.6.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF, comprovado o recebimento.

**10.7.** As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.8.** A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.8.1.** Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**10.13** As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: GARANTIA (Art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021)**

**11.1** - A garantia contratual **apresentada pela CONTRATADA** com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações quanto a execução contratual, bem como as de natureza trabalhista e previdenciária será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria.

**11.1.1** - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, bem como a de PAGAMENTO DE MULTAS aplicadas à contratada**, sendo que deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

**11.1.2** - Para fins de execução da garantia, a comunicação do sinistro será efetivada quando da abertura do processo administrativo junto à CONTRATADA, e a execução da garantia dar-se-á quando da decisão final, condenatória, exarada pelo CONTRATANTE, que poderá ultrapassar a vigência da apólice, desde que o comunicado de sinistro tenha sido efetivado previamente ao termo final.

**11.2** - Para cumprimento das obrigações, a contratada **apresentou garantia contratual** na modalidade de **seguro Garantia**, que ficará sob custódia do TRE/PR, no valor de R\$ .....



(.....), correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, até a data final do contrato.

**11.2.1 - Se for na modalidade Fiança Bancária e Caução, a contratada apresentará no prazo de até 10(dez) dias após a assinatura do contrato**

**11.3** - A devolução da garantia ficará condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação, pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto, sob pena de Retenção - Execução - da Garantia Contratual para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

**11.4** - A liberação será feita pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** Ficarão o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1.** Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2024

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

Solange Maria Vieira  
Diretora-Geral – TRE/PR  
p/Contratante

<sup>1</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.